

Leonardo Lucas Dias

# **NOVA DISCIPLINA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

A mitigação da independência entre  
as instâncias penal e administrativa

**Apresentação:** Marcos Fey Probst

**Prefácio:** Pedro de Menezes Niebuhr

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2022

STJ00115177

Copyright © 2022 by Leonardo Lucas Dias

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1227680

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

D541n

Dias, Leonardo Lucas

Nova disciplina da lei de improbidade administrativa  
: a mitigação da independência entre as instâncias penal e  
administrativa / Leonardo Lucas Dias. – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2022.

172 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2211-8

1. Improbidade administrativa. 2. Direito administrativo -  
Brasil. 3. Sanções administrativas - Brasil. 4. Direito  
penal. 5. Princípio da independência entre instâncias.  
I. Título.

CDD 345.8102323

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Apresentação</b> .....	XXI
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1</b>	
<b>A Aproximação entre Direito Penal e Direito</b>	
<b>Administrativo Sancionador</b> .....	
	7
1.1 Evolução e Conceito do Direito Administrativo Sancionador e da Sanção Administrativa .....	10
1.2 Fluxos Dinâmicos entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal.....	17
1.2.1 O fenômeno da “administrativização” do Direito Penal .....	18
1.2.2 O fenômeno da penalização do Direito Administrativo Sancionador .....	26
1.3 Sanção Administrativa, Sanção Penal e a Teoria Unitária do Ius Puniendi Estatal .....	31
1.4 Princípios Constitucionais Penais aplicáveis ao Direito Administrativo Sancionador .....	37
1.4.1 Princípio do Devido Processo Legal.....	38
1.4.2 Princípio da Legalidade.....	40
1.4.3 Princípio da Tipicidade .....	43
1.4.4 Princípio da Retroatividade da norma sancionadora mais benéfica .....	46

## Capítulo 2

<b>A Nova Disciplina da Lei de Improbidade Administrativa.....</b>	<b>51</b>
2.1 Breve Histórico da Lei de Improbidade Administrativa ....	51
2.2 A Publicação da Lei 14.230/2021 .....	57
2.3 As Alterações Promovidas pela Lei 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa e a aproximação aos Institutos do Direito Penal .....	61
2.3.1 Alterações de caráter geral realizadas pela Nova Lei.....	61
2.3.2 Alterações de natureza processual realizadas pela Nova Lei.....	75
2.4 O art. 21, §§ 4º e 5º, da Lei de Improbidade Administrativa .....	83
2.5 Conclusões Preliminares sobre a Lei 14.230/2021 .....	87

## Capítulo 3

<b>A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa na Lei de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>89</b>
3.1 O Princípio da Independência entre Instâncias como justificção para a múltipla e desmedida incidência sancionatória .....	89
3.2 A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa .....	96
3.3 A Relativização do Princípio nos Tribunais Superiores .....	99
3.4 Os reflexos da sentença penal na ação de improbidade administrativa.....	103
3.4.1 A sentença penal absolutória na ação de improbidade administrativa .....	103

3.4.2 A sentença penal condenatória na ação de improbidade administrativa .....	111
3.5 A Proporcionalidade como Base Hermenêutica ao Julgador .....	119
<b>Conclusão</b> .....	127
<b>Referências</b> .....	133